



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

DISTRIBUIÇÃO

Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Secretaria-Geral do Mar	Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
Direcção-Geral Inspeção-Geral de Finanças do Tesouro e Finanças	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
Presidente do Tribunal de Contas	Presidente do Conselho Fiscal da APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve

Revisão	Proposta	Data	Descrição
8	557-2018	2018-08.23	Foram analisados/reavaliados os níveis de implementação, relativamente ao estado de Implementado e Mecanizado .
7	773-2017	2017.09.17	Foi revista a metodologia de gestão do risco, incluindo as formas de tratamento do risco e incluída a maturidade dos controlos.
6	645-2016	2016.08.12	Melhoria da metodologia de gestão do risco. E foi Incluída a referência ao Relatório do Governo Societário.
5	341-2015	2015-05-19	Adequação à macroestrutura da APS, S.A.
4	DQA.AD14.003	2014-04-10	Adequação à macroestrutura da APS, S.A.
3	GQL.AD12.029	2012-12-20	Adequação dos processos abrangidos ao mapa de acompanhamento. Redação segundo o novo acordo ortográfico. Atualização do mapa de acompanhamento das medidas de prevenção.
2	GQL.AD11.025	2011-12-22	Atualização de responsabilidades. Introdução de novos processos.
1	DAC.AD10.001	2010-12-17	Organização das matrizes de riscos por processo. Extensão do plano aos riscos de compliance.
0	Criação	2009-12-30	Criação.

DAJ	Manuel Piteira	CA	José Luís Cacho
RESPONSÁVEL		APROVADO	



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

1	INTRODUÇÃO	3
2	ATRIBUIÇÕES.....	5
2.1	Missão e visão	5
2.2	Organização e funcionamento	5
2.3	Estrutura de Gestão da APS	5
2.4	Recursos.....	5
2.5	Instrumentos de gestão.....	6
3	COMPROMISSO ÉTICO.....	6
4	ORGANOGRAMA, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	6
4.1	Organograma.....	6
4.2	Funções e responsabilidades	7
5	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	8
6	GESTÃO DO RISCO	8
7	ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	9
7.1	Acompanhamento	9
7.2	Revisão, avaliação e atualização do plano	9
8	DOCUMENTAÇÃO APLICÁVEL.....	9
9	MATRIZ DE RISCOS DE COMPLIANCE	10

1 INTRODUÇÃO

O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, aprovado pelo Conselho de Administração, em 30 de Dezembro de 2009, respondeu à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de Julho de 2009, publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho.

Nesse plano, estavam identificados, por unidade orgânica da empresa, os riscos de corrupção e infrações conexas, os graus de risco associados e as correspondentes medidas preventivas. No âmbito da sua revisão, realizadas durante o ano de 2010, foi alterada a sua estrutura, de modo a organizar os riscos por processos, e a inclusão do estado de implementação de cada medida.

Posteriormente foi publicada a **primeira revisão ao plano**. Esta revisão estabeleceu orientações sobre a prevenção de riscos de *compliance*, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, e sobre os critérios de risco, as funções e as responsabilidades na sua estrutura e organização interna, bem como as medidas de prevenção, controlo e monitorização do plano. Em relação às medidas de prevenção, foram introduzidas no plano o estado de implementação de cada medida de prevenção e o respetivo documento de referência.

Na **segunda revisão ao plano**, foi atualizada a definição de responsabilidades e o mapa de acompanhamento das medidas de prevenção.

Na **terceira revisão do plano**, foi atualizada a listagem dos processos abrangidos. Foi também adequada a redação ao novo acordo ortográfico. O mapa de acompanhamento também foi atualizado de acordo com os resultados obtidos em auditoria e de acordo com os riscos identificados pelas unidades através da monitorização das medidas de prevenção. Foram também incluídos os temas da discriminação de género no trabalho e foram introduzidas medidas decorrentes da análise da Recomendação n.º 5 de 2012 do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 7 de novembro de 2012. As metodologias de identificação e avaliação do risco foram mantidas, assim como as metodologias de graduação e identificação das medidas preventivas.

Na **quarta revisão do plano** foram atualizados os/as gestores/as dos processos constantes do mapa de acompanhamento de acordo com a alteração da micro e macroestruturas da APS, SA e feitas as atualização das medidas preventivas para os riscos identificados.

Na **quinta revisão do plano** foram atualizados os/as gestores/as dos processos constantes do mapa de acompanhamento de acordo com a alteração da micro e macroestruturas da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA e feitas as atualizações correspondentes nas medidas preventivas para os riscos identificados. Esta revisão foi também feita a alteração do responsável pelo plano de prevenção dos riscos de compliance.

Na **sexta revisão do plano** foi realizada uma melhoria da metodologia de gestão do risco. E foi também incluída a referência ao Relatório do Governo Societário.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE *COMPLIANCE*

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Na **sétima revisão do plano** foi revista a metodologia de gestão do risco, incluindo as formas de tratamento do risco e a maturidade dos controlos.

Na **presente revisão do plano** foram analisados/reavaliados os níveis de implementação, relativamente ao estado de **Implementado** e **Mecanizado**.

2 ATRIBUIÇÕES

A APS, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo modelo orgânico foi criado pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 março, cabendo-lhe assegurar o **exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos Portos de Sines e do Algarve** nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

2.1 Missão e visão

Nos termos legais, a APS tem por objeto a administração dos portos de Sines e do Algarve, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. A missão e a visão da APS estão definidas e podem ser consultadas em www.apsinesalgarve.pt.

2.2 Organização e funcionamento

A APS dispõe de um Conselho de Administração constituído por 3 membros, todos executivos. Não existe Conselho Geral e de Supervisão. Ainda nos órgãos sociais, a fiscalização é assegurada pelo Conselho Fiscal também com 3 membros e pelo Revisor Oficial de Contas (ROC).

2.3 Estrutura de Gestão da APS

A macroestrutura de gestão está publicada no Manual do Sistema de gestão integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, que pode ser consultado em www.apsinesalgarve.pt.

Os mecanismos que permitem ao acionista transmitir recomendações ou orientações ao Conselho de Administração (CA) procedem-se através da avaliação do cumprimento dos objetivos e da realização de **Assembleias-Gerais** de carácter ordinário ou extraordinário.

Sem prejuízo do referido, a transmissão de orientações pelo acionista ou pela tutela setorial pode ser igualmente efetuada por **despacho** dos titulares dos respetivos cargos.

2.4 Recursos

O principal mecanismo que permite aos trabalhadores/as transmitir recomendações ao CA são os **processos de comunicação** e de **informação documentada** que definem responsabilidades, competências, fluxos de informação e meios adotados para gerir a informação e comunicação na APS, de forma a satisfazer os requisitos das normas de referência, bem como da legislação aplicável.

A APS está dotada de um **sistema integrado de gestão administrativa e financeira (ERP)** que, ao nível financeiro, implementa as regras definidas, através de fluxos de informação e autorização parametrizados em conformidade com aquelas regras e responsabilidades dos vários níveis hierárquicos da empresa, permitindo auditar todas as ações desenvolvidas e gerar relatórios de acompanhamento e gestão. Por outro lado, a APS tem um **mecanismo de apoio à decisão**, suportado por um sistema de armazenamento e tratamento de dados (*Data Warehouse*), que permite acompanhar o desenvolvimento das atividades principais

dos portos (movimento de navios e mercadorias), realizar análises multiperspetivas e gerar relatórios e indicadores de gestão. São ferramentas muito importantes no apoio à supervisão do desempenho económico da organização, à identificação e à gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como à verificação da adesão ou da conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e outros princípios aplicáveis.

Os recursos humanos, os resultados económico-financeiros e a informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade da empresa são periodicamente avaliados e publicados no **Relatório e Contas**, **Relatório do Governo Societário** e no **Relatório de Sustentabilidade**, documentos que estão disponíveis no sítio da APS.

2.5 Instrumentos de gestão

As unidades da APS atuam com suporte nos vários instrumentos de gestão ao seu dispor, legais obrigatórios ou internamente instituídos, e que se podem agrupar em duas vertentes.

2.5.1 Elementos de previsão

- Orientações Estratégicas para o Setor Marítimo-Portuário
- Plano Estratégico da APS
- Plano de Atividades e Orçamento Trienal
- Plano de Objetivos Anuais do Sistema Integrado

2.5.2 Elementos de execução

- Relatório e Contas
- Relatório do Governo Societário
- Relatório de Sustentabilidade
- Relatório Único – informação sobre a atividade social da empresa
- Relatório para a revisão do Plano Anual do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança
- Boletim Estatístico

3 COMPROMISSO ÉTICO

Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os/as trabalhadores/as e demais colaboradores/as da APS, bem como o seu contacto com entidades individuais ou coletivas externas, assentam num conjunto de valores que pautam a atuação da APS, bem como as regras de conduta deles decorrentes a que os seus/suas colaboradores/as se encontram sujeitos.

Estes encontram-se vertidos no **Código de Ética e de Conduta**, documento publicado em www.apsinesalgarve.pt.

4 ORGANOGRAMA, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1 Organograma

O organograma correspondente à macroestrutura de gestão está publicado no Manual do Sistema de gestão Integrado, que pode ser consultado em www.apsinesalgarve.pt.

Responsável pela gestão do presente Plano – Manuel José Piteira.

4.2 Funções e responsabilidades

Para garantir uma eficaz organização do plano de gestão dos riscos, é importante compreender as funções e as responsabilidades de cada interveniente ou grupo de intervenientes em todos os níveis da organização.

O Conselho de Administração, Unidades de apoio e Unidades, todos têm um papel fundamental na organização de um plano de gestão dos riscos eficaz.

4.2.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de assegurar que a Estrutura de Gestão desenha e implementa um adequado plano de gestão dos riscos e procede à sua documentação, incentivando o comportamento ético e demonstrando às partes interessadas que existem normas de gestão dos riscos e que essas normas são cumpridas a cada dia.

4.2.2 Estrutura de Gestão

A Estrutura de Gestão tem a responsabilidade global de conceção e de implementação do plano de gestão dos riscos incluindo:

- Definir a atuação, no topo, para o resto da organização;
- Garantir a execução de controlos internos adequados – incluindo a documentação das políticas e procedimentos vertidas no plano de gestão dos riscos e avaliar a sua eficácia – alinhados com a avaliação dos riscos da APS;
- Prestação de contas ao Conselho de Administração sobre quais as ações tomadas para a gestão dos riscos, emitindo relatórios regulares, conforme definido no plano de gestão dos riscos, para assegurar a eficácia do programa de gestão dos riscos da APS.

Neste âmbito, é designado um responsável pela gestão do plano da APS conforme definido no ponto 4.1 presente plano.

4.2.3 Trabalhadores/as e restantes colaboradores/as

Na APS, é responsabilidade de todos os trabalhadores/as exercer um forte controlo sobre os riscos associados à atividade da organização.

Todos os trabalhadores, incluindo os/as gestores/as, devem:

- Ter uma compreensão básica sobre risco e estar atentos a possíveis inconformidades;
- Compreender o seu papel dentro do quadro do controlo interno. Compreender como os seus processos de trabalho são definidos para gerir os riscos e que o não-cumprimento pode criar uma oportunidade para a sua ocorrência;
- Ler e compreender as políticas e procedimentos (por exemplo, o Código de Ética e de Conduta e os procedimentos de gestão dos riscos vertidos neste plano), bem como de outras políticas e procedimentos operacionais;

- Conforme necessário, participar no processo de criação de um ambiente de forte controlo e no planeamento e execução das atividades de controlo, bem como participar em atividades de acompanhamento;
- Relatar atividades suspeitas ou casos de infração para a Comissão de Ética e de Conduta da APS - CECAPS;
- Cooperar nas ações decorrentes do plano de prevenção dos riscos de não conformidade.

O quadro seguinte identifica, resumidamente, os principais intervenientes e as respetivas funções e responsabilidades:

Decisor	Funções e responsabilidades
Conselho de Administração <i>(delegado na função de responsável pela gestão do Plano)</i>	É o gestor do Plano; Estabelece a arquitetura e os critérios da gestão dos riscos, cuidando da sua revisão quando necessário; Recebe e comunica os riscos, tomando as medidas inseridas na sua competência.
Chefias das unidades orgânicas <i>(Estrutura de Gestão)</i>	São os responsáveis pela organização, aplicação e acompanhamento do Plano na parte respetiva; Identificam, recolhem e comunicam ao responsável pela gestão de risco qualquer ocorrência de risco com provável gravidade maior; Responsabilizam-se pela eficácia das medidas de controlo dos riscos na sua esfera de atuação.

5 IDENTIFICAÇÃO DO RISCO

Entende-se por risco de *compliance* a probabilidade de ocorrência de **impactos negativos nos resultados da empresa**, decorrentes de **violações ou da não conformidade** das decisões relativamente a **leis, regulamentos, determinações específicas** e normas do Código de Ética e de Conduta que obriguem a APS, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão da atividade ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações legais.¹

“A gestão do risco é um processo, determinado pelo Conselho de Administração e executado pelos/as gestores/as do negócio, aplicado à estratégia do negócio e desenhado para identificar potenciais eventos que podem afetar a sua continuidade, e que permite atingir com razoável segurança, a realização dos objetivos empresariais, proporcionando um adequado alinhamento da estratégia com o perfil de risco da organização.”²

6 GESTÃO DO RISCO

A metodologia de gestão dos riscos de “compliance” está descrita no PD017 – Gestão de Riscos – Processos SI.

¹ Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008

² In COSO II



7 ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

7.1 Acompanhamento

O responsável pela gestão do Plano procede ao **controlo periódico** no sentido de verificar se está a ser assegurado o cumprimento das suas regras e os seus efeitos.

O responsável pela gestão do Plano deverá promover uma **avaliação/auditoria anual** ao Plano de forma a produzir um **relatório adequado**.

7.2 Revisão, avaliação e atualização do plano

A revisão e atualização são promovidas pelo gestor do Plano em conjunto com as unidades orgânicas da APS anualmente.

Independentemente da periodicidade das revisões, validações e atualizações referidas anteriormente, sempre que surjam riscos elevados que importe prevenir, os dirigentes e demais responsáveis referidos no presente plano, devem informar o responsável pela gestão do Plano, para que este, em conjunto com o Conselho de Administração e atendendo aos objetivos estratégicos da APS, possa promover a adequação dos processos da organização a uma **mais eficiente gestão do risco**.

8 DOCUMENTAÇÃO APLICÁVEL

PD017 – Gestão de Riscos – Processos SI

Relatório de acompanhamento do plano de prevenção dos riscos de compliance.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

9 MATRIZ DE RISCOS DE COMPLIANCE

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.1	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	DQA DRH	Omissão no processo de tratamento da informação relevante - acidentes de trabalho	Não report do trabalhador; Adulteração dos factos durante a investigação;	Contraordenação da ACT - Autoridade das Condições de Trabalho	Mecanizado
2015.2	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	DQA DRH DAJ	Falha no processo de tramitação dos acidentes de trabalho - Não investigação de incidentes / acidentes com metodologia definida.	Não cumprimento de prazos; documentação inexistente / processo.	Não registo de acidente de trabalho. Não identificação das causas do acidente - inviabiliza eliminação das causas do mesmo.	Mecanizado
2015.3	Ações corretivas (PRO.004)	DQA	Não deteção ou não tratamento de falhas no SI	Formulação incorreta da NC / OM (por exemplo: indicar a ação corretiva a realizar; não citar a evidência de forma a rastrear informação; abrir vários processos de NC para o mesmo tema)	Impacto no processo de melhoria contínua	Mecanizado
2015.5	Ações corretivas (PRO.004)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não atuação em tempo em relação às constatações levantadas; Não identificação de ações corretivas	Não deteção ou correção atempada; Omissão de ação corretiva relevante; Falha na amostragem; Atraso na entrega do relatório de auditoria.	Não resolução de falha no SI, com consequências na prevenção de acidentes. No caso de ação corretiva de auditoria externa - perda da certificação;	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.6	Resíduos	DQA	Recolha, transporte, armazenagem, triagem e destino final dos resíduos sem cumprimento da legislação em vigor.	Incumprimento dos procedimentos e legislação em vigor.	Contraordenação da autoridade responsável.	Implementado
2015.7	Auditorias (PRO.003)	DCA	Perda de informação relevante para o SI detetada em auditoria de 2.ª parte	Não tratamento das NC / indicador de desempenho por tema / âmbito	Indicador de desempenho com pouca informação em relação aos concessionários e licenciados principais.	Mecanizado
2015.8	Auditorias (PRO.003)	DCA	Não acompanhamento pelo GC das constatações detetadas em auditoria de 2.ª parte.	Atividade de acompanhamento de pendências em períodos intercalares às auditorias anuais	Não controlo das NC e OM detetadas em auditoria de 2.ª parte	Mecanizado
2015.9	Auditorias (PRO.003)	DQA	Atraso/não execução de auditoria - não cumprimento do plano anual de auditorias	Reagendamento sucessivo	Não execução de auditorias planeadas no ano - não recolha de informação essencial para o SI	Mecanizado
2015.11	Auditorias (PRO.003)	DQA	Auditor/a com favorecimento injustificado	Parcialidade na execução da auditoria	Relatório de auditoria parcial	Implementado
2015.12	Auditorias (PRO.003)	DQA	Disrupção das atividades da unidade pela realização da auditoria	Conflitos no agendamento / reagendamento sucessivo / planeamento não adequado	Impacto da auditoria nas atividades da unidade	Implementado
2015.13	Auditorias (PRO.003)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não fiscalização de contratos relevantes para o desempenho do SI	Não efetuação de auditoria ao prestador de serviço.	Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Implementado
2015.15	Benefícios públicos	DSC	Atribuição indevida de subsídios	Critérios de atribuição não definidos	Favoritismo injustificado	Mecanizado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.16	Benefícios públicos	DSC	Utilização dos subsídios para fins diferentes daquele para o qual foi aprovado	Não verificação da utilização da atribuição dos subsídios	Utilização dos subsídios para fins diferentes daquele para o qual foi aprovado	Mecanizado
2015.17	Controlo de acessos	DQA	Falha na gestão de acessos da área portuária.	Prestação ao exterior de informação incorreta sobre o CUP.	Atrasos na entrada. Entradas indevidas.	Mecanizado
2015.18	Controlo de acessos	DQA	Divulgação e utilização indevidas de informação constante do CUP.	Divulgação indevida; Falha nos sistemas de informação.	Divulgação não autorizada de informação. Contraordenação da CNPD.	Implementado
2015.19	Controlo de acessos	DQA DSC PCO	Acesso indevido de pessoas estranhas às instalações da AP	Desproteção / controlo de acesso não apropriados.	Danos materiais e humanos para a APS.	Implementado
2015.20	Controlo de acessos	DQA	Despacho incorreto na plataforma integrada de gestão de acessos comum às IP e zonas internacionais.	Desproteção / controlo de acesso não apropriados.	Danos materiais e humanos para a APS.	Implementado
2015.21	Certificação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Risco de perda da certificação	Não resolução das NC formuladas pela entidade acreditadora.	Não cumprimento de orientação da tutela - certificação dos portos nacionais.	Implementado
2015.22	Compras (PRO.007)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Procedimento pré-contratual pouco definido	Não fixação de todos os aspetos fundamentais no procedimento pré-contratual	Receção de bem ou serviço não adequado	Implementado
2015.23	Compras (PRO.007)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Segmentação de despesas	Emissão de requisição com tratamento deficiente das estimativas dos custos	Compra de bens ou serviços de valor superior ao efetivamente aprovado nos documentos internos.	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.
O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.24	Compras (PRO.007)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Subavaliação (para procedimentos sem fixação prévia de valor base)	Emissão de requisição com tratamento deficiente das estimativas dos custos	Aprovação de despesa superior ao estabelecido.	Implementado
2015.25	Compras (PRO.007)	DFE	Existência de favoritismo injustificado na contratação.	Favoritismo injustificado.	Existência de conflitos de interesses que interfiram com a transparência dos procedimentos	Implementado
2015.26	Compras (PRO.007)	DFE	Recurso excessivo ao ajuste direto	Recurso excessivo ao procedimento por ajuste direto, mesmo quando consultadas várias empresas	Restrição da concorrência	Implementado
2015.27	Compras (PRO.007)	DFE	Conhecimento prévio de propostas entregues por fax ou correio eletrónico	Análise de propostas: conhecimento antecipado dos valores de algumas propostas entregues por fax ou correio eletrónico	Potencial favoritismo; Possibilidade de conhecimento de propostas previamente à abertura de propostas	Implementado
2015.28	Compras (PRO.007)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Análise de propostas - Favorecimento de determinados fornecedores em detrimento de outros	Processo de compras não formalizado	Escolha de fornecedor sem critérios definidos.	Implementado
2015.29	Compras (PRO.007)	DFE	Elaboração de Nota de Encomenda com valor superior ao efetivamente autorizado	Não controlo dos valores autorizados / valores da nota de encomenda	Encomenda de bem ou serviço de valor superior ao aprovado.	Implementado
2015.30	Compras (PRO.007)	DFE	Ordem para pagamento de bens e serviços sem ter sido efetuado o devido controlo da dívida e/ou verificada a entrega do bem ou da prestação do serviço.	Não controlo da dívida ou verificação da entrega do bem ou prestação do serviço.	Emissão de ordem para pagamento sem consulta de ordem de pagamento.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.31	Compras (PRO.007)	DFE	Deficiente avaliação do fornecedor	Avaliação sobrevalorizada ou subvalorizada	Base de dados, que serve de guia para escolha de fornecedores incorreta.	Implementado
2015.32	Compras (PRO.007)	DFE	Inexistência formal de consequências para os fornecedores não cumpridores em termos da qualidade do bem ou serviço prestado ou do prazo de entrega	Inexistência de consequência para o mau fornecimento	Escolha de fornecedores não cumpridores	Implementado
2015.33	Compras (PRO.007)	DFE DRH	Conflito de interesses em relação aos processos em que o trabalhador/a participa na constituição de júri	Não declaração de conflito de interesses	Favoritismo injustificado	Implementado
2015.34	Comunicação (PRO.005)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desconhecimento de objetivos e do desempenho do SI	Não divulgação dos objetivos e desempenho do SI anualmente	Planeamento inadequado	Implementado
2015.35	Comunicação (PRO.005)	DQA	Pouca visibilidade para os temas do SI	Não divulgação de temáticas pertinentes para o SI	Planeamento inadequado	Implementado
2015.36	Comunicação (PRO.005)	DQA DSC DFE DRH DAJ	Falha no processo de comunicação	Não cumprimento das obrigações de comunicação definidas no PD027	Não comunicação de informação obrigatória	Implementado
2015.37	Comunicação (PRO.005)	DSC	Não acesso aos sistemas de informação necessários para a atividade desempenhada	Acesso não solicitado / não foi identificada necessidade ao suporte informático	Não acesso a informação necessária para as funções desempenhadas	Implementado
2015.38	Comunicação e marketing	DSC	Promoção incorreta / não promoção dos serviços prestados aos clientes / Imagem institucional não uniforme	Não promoção dos serviços prestados aos clientes	Imagem institucional não uniforme / não conforme	Mecanizado
2015.39	Comunicação e marketing	DSC	Inserção de publicidade não aprovada	Envio de informação incorreta / Colocação de informação incorreta sobre a organização	Imagem institucional não uniforme / não conforme	Mecanizado
2015.40	Comunicação e marketing	DSC	Não colocação da publicidade aprovada	Não confirmação da colocação da publicidade	Imagem institucional não uniforme / não conforme	Mecanizado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.
O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.41	Contratos	DIO	Possíveis falhas nas comunicações obrigatórias a entidades oficiais: 1 - Obrigações estatísticas de acordo com a Portaria 701-D/2008; 2 - Concurso público obrigatório (Relatório de contratação, Relatório Sumário anual, Relatório Final de obra)	Esquecimento ou falha no controlo da unidade.	Contraordenação de autoridade / Sanção	Implementado
2015.42	Contratos	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não assegurar a existência de contrato válido previamente ao fornecimento / prestação de serviço	Falha no alerta do termo do contrato (Falha no prazo de lançamento de procedimento)	Prorrogação automática de contratos, não havendo procura no mercado de melhor preço. Incumprimento legal.	Implementado
2015.44	Contratos	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Deficiente controlo dos custos do contrato face aos valores orçamentados	Deficiente controlo dos custos	Encargos financeiros para a APS	Implementado
2015.45	Contratos	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Controlo ineficiente da empresa adjudicatária em termos do desempenho de: ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança da informação	Deficiente controlo das cláusulas legais aplicáveis. Gestor não sensibilizado para a importância do SI; Não articulação com os serviços de ambiente, segurança e segurança da informação.	Incumprimento legal (contraordenação). Controlo ineficiente de processos / produtos / serviços de fornecedores externos. Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Implementado
2015.46	Contratos	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respetivo procedimento de contratação. Não controlo / incumprimento das cláusulas estabelecidas em contrato.	O gestor de contrato não verifica / não regista o cumprimento das cláusulas estabelecidas em contrato periodicamente.	Definição incompleta da relação de obrigações e direitos das partes e de um modelo de negócio, a considerar na elaboração do contrato. Incumprimento contratual da empresa que presta o serviço não detetado. Execução da trabalho dora das especificações estabelecidas.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.47	Contratos	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Contratos não formalizados na forma escrita, com existência de obrigatoriedade no SI.	Não cumprimento dos valores definidos.	Incumprimento dos valores de referência de contratos.	Implementado
2015.48	Requisitos legais e outros requisitos de ambiente e segurança	DAJ	Não identificação / identificação incorreta das obrigações legais.	Avaliação da conformidade incorreta ou inexistente.	Implicações para a AP e unidades internas envolvidas - incumprimento legal.	Implementado
2015.49	Emergência	DQA	Risco de incêndio nos edifícios e instalações no âmbito do SCIE - Segurança contra incêndios em edifícios.	Não verificação periódica dos edifícios e instalações no âmbito do SCIE - Segurança Contra Incêndio em Edifícios.	Danos materiais e humanos para a APS.	Implementado
2015.50	Emergência	DQA	Falha na resposta à emergência.	Formação inexistente / desconhecimento sobre utilização de equipamentos, instruções operativas permanentes e das medidas a adotar. Falhas de treinos/simulacros/exercícios nos cenários identificados; Equipamento inoperacional; Falha nas comunicações	Atraso na intervenção/aumento das consequências da ocorrência. Danos materiais e humanos para a APS e Stakeholders	Mecanizado
2015.51	Emergência	DAJ DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desconhecimento / consulta dificultada das instruções de emergência ex. missões de núcleos de apoio.	Planos de emergência indisponíveis para consulta, falha na comunicação	Atraso na intervenção/aumento das consequências da ocorrência. Danos materiais e humanos para a APS e Stakeholders	Mecanizado
2015.53	Exploração (Faro e Portimão)	DQA	Incorreta solicitação de meios	Desarticulação entre os meios necessários e os efetivamente solicitados	Meios não adequados à manobra	Implementado
2015.54	Exploração (Faro e Portimão)	DQA	Análise / elaboração de documentação processual incorreta	Incorreta análise e elaboração de documentação	Introdução de dados incorretamente na JUP	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.

O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.55	Exploração (Faro e Portimão)	DQA	Incorreta designação de pessoal	Desarticulação entre os meios necessários e os efetivamente solicitados	Meios não adequados à manobra	Implementado
2015.56	Exploração (Faro e Portimão)	DQA	Suspensão e/ou cancelamento de manobras	Não verificação documentação / supervisão de manobras	Prejuízo para os navios, porto e/ou recetores da mercadoria	Implementado
2015.57	Faturação	DFE DCA PCO DIO	Emissão de ordem de faturação incorreta	Pré-faturação: emissão de ordem ou programa de faturação incorretos	Introdução de dados incorretos para faturação	Implementado
2015.58	Faturação	DFE	Faturas: possibilidade de alteração	Possibilidade de alteração	Alteração de fatura	Implementado
2015.59	Faturação	DSC DCA DFE	Faturação incorreta por desatualização	Implementação de regras incorretas dos sistemas informáticos com os tarifários em vigor	Faturação incorreta	Implementado
2015.60	Formação profissional (PRO.010)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não manutenção e disponibilização do conhecimento organizacional	Desconhecimento das formações efetuadas por unidade que possam ser relevantes para o desenvolvimento das atividades de outras.	Não aproveitamento do conhecimento obtido em formação por todas a organização.	Mecanizado
2015.61	Formação profissional (PRO.010)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não determinação do conhecimento necessário para a operacionalização dos processos do SI	Não deteção do conhecimento que deve adquirir ou aceder	Necessidades de formação / sensibilização não supridas	Nenhum
2015.62	Gestão da frota automóvel	DFE	Utilização indevida do cartão de combustível	Utilização do cartão de combustível para viaturas particulares	Utilização do cartão de combustível em viaturas não autorizadas / em viaturas que não são da APS	Mecanizado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.64	Gestão de contratos de concessão e licenciamento (PRO.012)	DCA	Análise / aprovação de projetos incorreta	Falha no processo de recolha de pareceres a outras unidades orgânicas	Projetos aprovados sem conhecimento da unidade gestora/responsável; Projetos aprovados sem que sejam acautelados todos os requisitos legais, contratuais ou de interesse portuário.	Implementado
2015.65	Gestão de contratos de concessão e licenciamento e de empresas instaladas na ZALSINES (PRO.024) (PRO.012)	DCA	Falha no processo de auditoria aos contratos	Não verificação de situações de incumprimento de cláusulas contratuais ou legais/regulamentares; Falta de envolvimento/ disponibilidade dos elementos das equipas auditoras	Incumprimento contratual ou legal; Falta de eficácia das auditorias	Implementado
2015.66	Gestão de contratos de concessão e licenciamento e de empresas instaladas na ZALSINES (PRO.024) (PRO.012)	DCA	Não acompanhamento das constatações detetadas em auditoria de 2ª parte	Falha no acompanhamento do contrato pelo GC Falta de envolvimento/ disponibilidade dos elementos das equipas auditoras	Maior demora na correção ou melhoria das situações detetadas	Implementado
2015.67	Gestão de contratos de empreitadas, fornecimentos e serviços	DIO	Não cumprimento dos requisitos estipulados interna e externamente para a gestão de contratos de empreitadas.	Inexistência de documento com/ metodologia para elaboração e gestão de contratos de obras	Não controlo operacional; Acidentes; Contraordenações; Infraestruturas não de acordo com especificação.	Implementado
2015.68	Gestão de tarifários	DCA	Proposta de tarifário desajustado	Estudo prévio à proposta incompleto, mal fundamentado	Perda da competitividade do porto ou sobre-remuneração de investimentos e de custos dos concessionários / licenciados	Implementado
2015.69	Impactes ambientais e riscos de segurança	DQA	Incompleta ou incorreta avaliação dos impactes ambientais resultantes das atividades e serviços da APS.	Metodologia não testada / não adequada	Mau desempenho do processo de prevenção de riscos e impactes / Má planificação de emergência.	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.

O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.70	Incompatibilidades	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Conflito de interesses	Interesses dos envolvidos em conflito com os interesses da APS.	Conflito de interesses na execução das atividades desempenhadas na APS.	Implementado
2015.71	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DQA DSC	Políticas não alinhadas com a orientação estratégica da organização / contexto organização	Objetivos do SI formulados sem ter em consideração o plano estratégico ou alterações contexto	Não articulação entre a estratégia da organização e os objetivos definidos no SI	Implementado
2015.72	Informação documentada (PRO.001)	DQA	Dificuldade na consulta dos documentos	Sistema documental muito extenso.	Dificuldade na obtenção da informação necessária; Dificuldades na atualização da informação.	Implementado
2015.73	Informação documentada (PRO.001)	DQA	Manual do SI desatualizado	Não atualização do manual do SI.	Disseminação de informação incorreta para o exterior.	Implementado
2015.74	Informação documentada (PRO.001)	DQA	Utilização de informação desatualizada.	Informação desatualizada nos documentos do SI.	Uso inadvertido de obsoletos.	Mecanizado
2015.75	Informação documentada (PRO.001)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desproteção da informação	Informação do SI sem etiquetagem	Divulgação de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.76	Informação documentada (PRO.001)	DQA DSC DRH	Inexistência de registo de entrada e saída de documentos do exterior (relevantes para o SI)	Informação importante que entre por correio eletrónico pode não ser registada	Não rastreamento de informação importante para o desempenho do SI	Implementado
2015.77	Informação documentada (PRO.001)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Documentação da unidade desatualizada / registos desatualizados	Não verificação periódica da documentação sob responsabilidade da unidade	Erro de atuação, incumprimento legal.	Mecanizado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.78	Formação profissional (PRO.010)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desconhecimento das boas práticas aplicáveis ao local de trabalho / temas genéricos	Desconhecimento / pouca envolvimento com a documentação do SI	Não aplicação de boas práticas úteis na execução de atividades na APS.	Mecanizado
2015.79	Informação documentada (PRO.001)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não utilização dos sistemas desinformação para desenvolvimento das atividades da APS.	Desconhecimento / pouca envolvimento com os novos sistemas de informação	Não otimização / aproveitamento dos sistemas de informação. Prestação de serviço fora das plataformas estabelecidas formalmente.	Implementado
2015.80	Licenças e autorizações	DCA	Discriminação, entre potenciais interessados, na atribuição de outras autorizações e licenças	Indefinição de critérios	Favoritismo injustificado	Implementado
2015.81	Licenças e autorizações	DCA	Discriminação, entre potenciais interessados, na atribuição de licenças de atividades portuárias de exercício condicionado	Indefinição de critérios	Favoritismo injustificado	Implementado
2015.82	Licenças e autorizações	DCA	Discriminação, entre potenciais interessados, na atribuição de autorizações para a utilização de áreas dominiais	Indefinição de critérios	Favoritismo injustificado	Implementado
2015.83	Manutenção de infraestruturas (PRO.018)	DIO	Não identificação de necessidades estruturadas com ordem de priorização no POIP - Plano de Observação das Infraestruturas Portuárias	Não elaboração de POIP -Plano de observação das infraestruturas portuárias com identificação de necessidades.	Infraestruturas portuárias sem manutenção / não funcionais.	Mecanizado
2015.84	Manutenção de infraestruturas (PRO.018)	DIO	Falha no acompanhamento e controlo da prestação de serviços / fornecimento	Inexistência de documentos de registo de verificação e acompanhamento.	Trabalhos efetuados fora do especificado. Incidente.	Implementado
2015.85	Manutenção de infraestruturas (PRO.018)	DIO	Controlo ineficiente dos prazos dos contratos em vigor - manutenção	Falha nos controlos estabelecidos para a gestão de prazos	Prorrogação automática de contratos, não havendo procura no mercado de melhor preço.	Mecanizado
2015.86	Manutenção de infraestruturas (PRO.018)	DIO	Identificação incorreta das necessidades de manutenção na área portuária.	Não existência de prioridades de atuação para a manutenção da área portuária.	Execução de trabalhos menores efetuados em detrimento de ações de manutenção essenciais.	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.
O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.87	Manutenção de infraestruturas (PRO.018)	DIO	Controlo ineficiente da empresa em termos do desempenho de: ambiente, segurança e saúde no trabalho, segurança da informação	Gestor não sensibilizado para a importância do SI; Não articulação com os serviços de ambiente, segurança e segurança da informação.	Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Mecanizado
2015.89	Monitorização (PRO.014)	DQA	Não monitorização do desempenho ambiental.	Não cumprimento do plano de monitorização / inexistência de plano de monitorização	Não acompanhamento das várias vertentes ambientais.	Implementado
2015.90	Monitorização (PRO.014)	DQA	Não monitorização do desempenho da segurança e saúde no trabalho.	Não cumprimento do plano de monitorização / inexistência de plano de monitorização	Não acompanhamento das várias vertentes da segurança e saúde no trabalho.	Implementado
2015.91	Monitorização (PRO.014)	DQA	Não monitorização do SI	Não cumprimento do plano de monitorização / inexistência de plano de monitorização	Não acompanhamento dos indicadores do SI	Implementado
2015.92	Monitorização (PRO.014)	DQA	Postos de trabalho com condições inadequadas às atividades desempenhadas	Não cumprimento do plano de monitorização / inexistência de plano de monitorização	Más posturas / lesões	Implementado
2015.93	Monitorização (PRO.014)	DQA	Utilização de equipamentos não calibrados	Não cumprimento de plano	Medições efetuadas com equipamentos não calibrados (incerteza)	Implementado
2015.94	Monitorização (PRO.014)	DQA	Não cumprimento do plano anual de calibrações	Não cumprimento de plano	Medições efetuadas com equipamentos não calibrados (incerteza)	Implementado
2015.95	Monitorização (PRO.014)	DSC	Não monitorização do desempenho da segurança da informação.	Não monitorização dos indicadores / dimensões indicadas na tabela de métricas.	Não identificação de tendências e de desvios aos objetivos estabelecidos.	Implementado
2015.96	Movimentação de navios no porto (PRO.011)	PCO	Incorreta solicitação de meios	Meios solicitados sem definição de critérios	Favoritismo injustificado.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.97	Movimentação de navios no porto (PRO.011)	PCO	Análise / elaboração de documentação processual - Incorreta análise e elaboração de documentação	Erro / omissão / falha nos controlos estabelecidos	Faturação incorreta / introdução de dados na JUP incorretos	Implementado
2015.98	Movimentação de navios no porto (PRO.011)	PCO	Manobra efetuada sem evidência do respetivo registo	Registo não efetuado / não arquivado	Perda de informação	Implementado
2015.99	Movimentação de navios no porto (PRO.011)	PCO	Pedido de aceitação de navio incorretamente aprovado.	Decisão baseada em informação incorreta / não atualizada	Suspensão e/ou cancelamento de manobras originando prejuízo para os navios, porto e/ou recetores da mercadoria	Implementado
2015.100	Movimentação de navios no porto (PRO.011)	PCO	Conflito de informação entre a ficha de navio constante da JUP e das características do mesmo.	Introdução de dados incorreta	Suspensão e/ou cancelamento de manobras originando prejuízo para os navios, porto e/ou recetores da mercadoria	Mecanizado
2015.101	Património	DFE	Utilização / apropriação indevida	Apropriação indevida, pelos funcionários, de bens (combustíveis, materiais e equipamentos).	Falta de recursos	Implementado
2015.102	Património	DFE	Abate de bens sem autorização ou indevidamente abatidos.	Não formalização de abate	Abate não autorizado de acordo com as regras estabelecidas	Implementado
2015.103	Pilotagem (PRO.011.1)	PCO	Favorecimento de entidade que preste serviço de reboque e amarração na definição de meios	Crítérios não estabelecidos	Favoritismo injustificado	Implementado
2015.104	Pilotagem (PRO.011.1)	PCO	Incorreta designação de piloto	Inexistência de escalas com horário de trabalho	Piloto com excesso de horas de trabalho	Implementado
2015.105	Pilotagem (PRO.011.1)	PCO	Equipamento de proteção individual de/a pilotos com inspeção fora do prazo	Não controlo dos prazos de inspeção	Desproteção do/a trabalhador/a em caso de ocorrência	Mecanizado
2015.106	Pilotagem (PRO.011.1)	PCO DAJ	Manobra não conforme (naufrágio, encalhe, colisão, abalroamento)	Manobra não conforme	Danos físicos ou materiais incompatíveis pela APS.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.107	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DQA	Não avaliação do desempenho da organização em intervalos planeados / Reunião geral do SI não realizada dentro do prazo previsto	Adiamento sucessivo das reuniões	Derrapagem nas datas das reuniões de revisão do SI	Implementado
2015.108	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DQA	Pouco envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras com os objetivos e metas do SI	Não divulgação dos objetivos e metas	Desconhecimento dos objetivos e metas aplicáveis	Implementado
2015.109	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desadequação dos indicadores definidos para os processos do SI	Não verificação / ajuste de metas e indicadores	Não verificação da adequabilidade das formas de monitorização dos processos	Implementado
2015.110	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DQA DRH DSC	Não definição e documentação da estrutura organizacional	Não documentação das alterações organizacionais	Desconhecimento da estrutura da organização	Implementado
2015.111	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desconhecimento/ não aplicação das melhores práticas (setor / âmbitos de certificação).	Não deteção de melhorias	Não introdução de melhorias que acrescentem valor aos processos do SI.	Implementado
2015.112	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não cumprimento das ações definidas no plano de ação do SI, programas de gestão e demais documentos de planeamento do SI.	Por diversos fatores, as unidades não cumprem as atividades identificadas nos documentos de planeamento.	Não resolução de não conformidades / Não introdução de melhorias que acrescentem valor aos processos do SI.	Implementado
2015.113	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Envio tardio dos contributos para a revisão do SI	Contributos para a revisão do SI enviados depois dos prazos estabelecidos.	Revisão pela gestão não efetuada / não pertinente para as atividades da APS - não acrescenta valor às atividades desempenhadas pela APS.	Implementado
2015.114	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não atuação face ao incumprimento de metas e objetivos definidos no SI.	Não deteção atempada / Não atuação.	Diminuição da satisfação do cliente; Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.115	Planeamento Operacional	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não comunicação / comunicação deficiente dos requisitos da organização ao fornecedor/a externo previamente ao fornecimento	Não identificação de requisitos / levantamento insuficiente.	Bem ou serviço entregue fora das especificações.	Implementado
2015.116	Planeamento Operacional	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não receção da documentação prevista no caderno de encargos / memória descritiva	Pedido não efetuado à empresa prestadora de serviço / fornecedora	Falha na evidência de cumprimento legal / regulatório	Mecanizado
2015.118	Planeamento Operacional	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Não registo de informação necessária ao controlo do contrato - ML195 (prestadores de serviços)	Não envio do ML195 para preenchimento e evidência dos registos citados para o fornecedor	Controlo ineficiente de processos / produtos / serviços de fornecedores externos	Implementado
2015.119	Plano de prevenção de riscos de compliance	DAJ	Não deteção de alterações no enquadramento legal relacionado com a gestão de riscos de compliance.	Desatualização da documentação relacionada com os riscos de compliance.	Não cumprimento das Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção	Implementado
2015.120	Plano de prevenção de riscos de compliance	DAJ	Não controlo dos riscos de compliance.	Não identificação de potenciais situações de corrupção ou infrações conexas.	Não cumprimento das Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção.	Implementado
2015.121	Porto de Recreio (PRO.023)	DCA	Ocorrência de falhas de faturação	Introdução de dados incorreta no programa de gestão do PR; Falta de controlo no plano de água por ausência de recursos humanos ou falha de registo	Faturação incorreta ou ausência de faturação	Implementado
2015.124	Projeto e implementação de infraestruturas (PRO.017)	DIO	Identificação da necessidade de implementação de infraestruturas incorreta / desajustada do planeamento da APS.	Não existência de prioridades de atuação para a implementação de infraestruturas na área portuária.	Implementação de infraestrutura não necessária / não prioritária / não de acordo com o planeamento estratégico.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.126	Projeto e implementação de infraestruturas (PRO.017)	DIO	Falha na elaboração de cadernos de encargos.	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões nas cláusulas do caderno de encargos.	Contrato com falhas que podem resultar em danos para a organização (financeiros / materiais / humanos)	Implementado
2015.127	Proteção	DQA	Planos de proteção não estabelecidos de acordo com a legislação.	Não cumprimento de legislação	Planos de proteção não elaborados de acordo com o DL 226/2006 – Código e Diretiva ISPS.	Mecanizado
2015.128	Proteção	DQA	Desconhecimento das funções, responsabilidades e procedimentos - plano de proteção portuária.	Não atribuição / indefinição de responsabilidades	Desconhecimento pelos oficiais de proteção da instalação portuária (OPIP) e demais pessoal com funções específicas de proteção na instalação portuária, das funções, responsabilidades e procedimentos que lhes compete executar, conforme descrito no plano de proteção da instalação portuária.	Implementado
2015.129	Proteção	DQA	Necessidade de formação aos elementos da instalação portuária	Não deteção de necessidade de formação	Necessidade de formação aos elementos da instalação portuária, sem funções específicas de proteção (alerta e sensibilização para as questões afetas à proteção do transporte marítimo e dos portos)	Implementado
2015.130	Qualidade	DQA	Não disponibilização de informação que descreva as características dos serviços que a APS comercializa.	Não disponibilização sobre serviços	Má informação / Falha na informação para os clientes	Implementado
2015.131	Qualidade	DQA DCA	Não avaliação dos serviços prestados pelos seus concorrentes e não aplicação das melhores práticas encontradas.	Não avaliação dos concorrentes	Tarifário pouco competitivo	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.132	Recursos humanos	DRH	Deficiente conceção de objetivos, indicadores, metas e critérios de avaliação diferenciados na avaliação de desempenho	Indefinição / Inexistência de critérios / Critérios não adequados	Processo de avaliação deficiente	Implementado
2015.133	Recursos humanos	DRH	Não comunicação dos resultados da avaliação de desempenho aos/as colaboradores/as.	Não comunicação de resultados da avaliação de desempenho	Desconhecimento dos resultados da avaliação de desempenho	Implementado
2015.134	Recursos humanos	DRH	Não determinação das competências necessárias para execução das tarefas que afetam o desempenho e eficácia do SI.	Não determinação de competências	Não adequação das pessoas às atividades desenvolvidas	Implementado
2015.135	Recursos humanos	DRH	Os/as trabalhadores/as desconhecem os seus deveres e direitos.	Documento não formalizado	Desconhecimento dos deveres e direitos	Implementado
2015.136	Recursos humanos	DRH	Discriminação de género	Não cumprimento da legislação estabelecida	Incumprimento legal	Implementado
2015.137	Recursos humanos	DRH	Risco de acesso indevido/extravio/eliminação indevida das informações que contém dados pessoais dos trabalhadores/aa	Acesso indevido/extravio/eliminação indevida de informação	Divulgação de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.138	Recursos humanos	DRH	Risco de extravio e deterioração de documentos	Ação humana / Risco de deterioração de documentos, por razões de natureza ambiental	Perda de informação	Implementado
2015.139	Recursos humanos	DRH	Registo individual dos trabalhadores comprometido	Falhas no registo de informações / processamento	Registo individual não completa	Implementado
2015.140	Recursos humanos	DRH	Não descrição do acesso e funcionamento do portal do colaborador.	Documentação não existente / não atualizada	Desconhecimento das funcionalidades / má operação	Implementado
2015.141	Recursos humanos	DRH	Não apresentação de requerimento relativo a pedido de autorização para o exercício de atividade em acumulação com a atividade desenvolvida na APS.	Não apresentação de requerimento	Acumulação de funções não autorizadas	Implementado
2015.142	Recursos humanos	DRH	Indefinição da progressão nas carreiras	Documento não formalizado / desatualizado	Indefinição da progressão na carreira	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.143	Requisitos legais e outros requisitos - ambiente e segurança	DQA	Incumprimento ou falha na aplicação de requisitos legais e de outros requisitos de ambiente e de segurança.	Não deteção / não cumprimento	Contraordenação / Incumprimento legal	Implementado
2015.144	Requisitos legais e outros requisitos - ambiente e segurança	DQA	Falha na avaliação do cumprimento dos requisitos legais e de outros requisitos de ambiente e segurança dos concessionários/ licenciados e prestadores de serviços.	Não deteção / não cumprimento	Contraordenação / Incumprimento legal	Implementado
2015.145	Requisitos legais e outros requisitos - segurança da informação	DSC	Incumprimento ou falha na aplicação de requisitos legais e de outros requisitos de segurança da informação.	Indefinição de responsabilidades	Contraordenação / Incumprimento legal	Implementado
2015.146	Satisfação (PRO.013)	DQA	Notificação entidades reguladora / competente - Omissão da reclamação perante a autoridade reguladora / competente	Não envio do original (folha vermelha) do livro de reclamações	Contraordenação / Incumprimento legal	Implementado
2015.147	Satisfação (PRO.013)	DQA	Fornecimento de informações pessoais dos reclamantes	Desproteção de informação	Difusão de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.148	Satisfação (PRO.013)	DQA	Ausência de Livro de Reclamações em locais de atendimento ao público.	Não disponibilização de livro de reclamações	Contraordenação / Incumprimento legal	Implementado
2015.149	Satisfação (PRO.013)	DQA	Não comunicação com o provedor do cliente do transporte marítimo	Não envio de reclamação / relatório anual ao provedor	Incumprimento de responsabilidades estabelecidas	Implementado
2015.150	Satisfação (PRO.013)	DQA	Omissão de reclamação / Análise incorreta da reclamação / resposta inadequada ao reclamante.	Não tratamento de reclamações	Incumprimento de responsabilidades estabelecidas	Implementado
2015.151	Satisfação (PRO.013)	DQA	Não documentação de ocorrências que permita a identificação sistemática de situações anómalas, com origem nos clientes.	Não deteção de incumprimento ou tendências nos requisitos do cliente	Não deteção de oportunidades de melhoria para o aumento da satisfação do cliente	Implementado
2015.152	Satisfação (PRO.013)	DQA	Direitos e deveres dos clientes pouco explícitos.	Não deteção de incumprimento ou tendências nos requisitos do cliente	Não deteção de oportunidades de melhoria para o aumento da satisfação do cliente	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.

O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.153	Intervenção	DQA	Não identificação de situações anómalas nos equipamentos de segurança	Não reporte de anomalias	Falha no funcionamento do equipamentos de segurança	Implementado
2015.154	Impactes ambientais e riscos de segurança	DQA	Atividades da APS desempenhadas sem equipamentos de proteção individual adequados	Equipamento não existente / não adequado	Danos físicos	Implementado
2015.156	Requisitos legais e outros requisitos de ambiente e segurança	DQA DIO	Incumprimento dos requisitos legais na gestão e acompanhamento ambiental e de segurança na construção.	Não cumprimento da legislação / procedimento em vigor.	Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Mecanizado
2015.157	Requisitos legais e outros requisitos de ambiente e segurança	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Aquisição de máquinas/equipamentos de trabalho e de produtos perigosos, sem satisfazer os requisitos mínimos obrigatórios de segurança.	Não cumprimento da legislação / procedimento em vigor.	Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Implementado
2015.158	Ambiente e Segurança	DQA DIO PCO DFE	Rotulagem, utilização, manuseamento e armazenagem de produtos perigosos indevidos.	Não cumprimento da legislação / procedimento em vigor.	Acidente; Incidente; Impacte ambiental.	Mecanizado
2015.159	Segurança Informação	DSC	Roubo ou destruição de informação	Acesso não autorizado a sistemas e serviços por exploração de vulnerabilidades técnicas	Exigência de resgate financeiro para recuperação da informação; Informação indisponível; Perda de reputação; Desgaste da imagem da organização; Coima para a organização; Possível responsabilidade criminal do/a trabalhador/a; Divulgação de informação confidencial ou de uso interno	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.160	Segurança Informação	DSC	Acesso não autorizado a sistemas e serviços	Acesso não autorizado a sistemas e serviços por acesso indevido a passwords	Exigência de resgate financeiro para recuperação da informação; Informação indisponível; Perda de reputação; Desgaste da imagem da organização; Coima para a organização; Possível responsabilidade criminal do/a trabalhador/a; Divulgação de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.161	Segurança Informação	DSC	Ligação pouco clara entre o “tratamento do risco” e a Declaração de Aplicabilidade (SoA).	Maturidade do controlo não avaliada	Não verificação da adequabilidade / eficiência do controlo estabelecido no SoA	Mecanizado
2015.163	Segurança Informação	DSC	Desproteção dos ativos da APS.	Não identificação de riscos para os ativos incluídos no âmbito.	Desproteção de ativos levando ao compromisso da confidencialidade, disponibilidade e integridade.	Implementado
2015.164	Segurança Informação	DSC	Não inclusão da segurança da informação na gestão da continuidade de negócio	Indefinição de procedimentos a adotar em termos da continuidade de negócio (catástrofe, crise, desastre) / Não verificação dos controlos de continuidade da segurança da informação	Não assegurar os níveis de serviço mínimos / efetuar recuperação em caso de situação adversa / catástrofe / desastre de forma a minimizar tempos de paragem	Implementado
2015.165	Segurança Informação	TODAS	Gestão ineficaz dos incidentes de segurança da informação, incluindo a comunicação de eventos e pontos fracos de segurança.	Indefinição de metodologia / metodologia não eficiente / não cumprimento da metodologia estabelecida	Não redução da probabilidade / impacto da ocorrência de futuros incidentes	Implementado
2015.166	Segurança Informação	DSC	Exclusão da segurança de informação na conceção e desenvolvimento de sistemas de informação - feito pela APS ou subcontratado.	Não estabelecimento de regras / não cumprimento de regras para o desenvolvimento de software e sistemas	Impactos adversos sobre as operações do sistema ou da segurança da informação	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.
O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.167	Segurança Informação	DSC	Não proteção contra a perda de dados	Não realização de backups conforme estabelecido	Perda de dados.	Implementado
2015.168	Segurança Informação	DSC	Não identificação correta de riscos pertinentes para o SGSI da APS em relação à confidencialidade, integridade e disponibilidade.	Metodologia de identificação de riscos não eficiente	Não identificação de riscos pertinentes para a gestão da segurança da informação	Implementado
2015.169	Segurança Informação	DSC	Inexistência de monitorização ou projeções para os requisitos de capacidade futura inadequados à utilização dos recursos para assegurar o desempenho dos sistemas de informação (recursos humanos e recursos tecnológicos).	Não verificação periódica da capacidade e não projeção das necessidade	Subdimensionamento da capacidade necessária para o desempenho dos sistemas	Implementado
2015.170	Segurança informação	DSC	Acesso não autorizado a sistemas e aplicações	Não verificação periódica de contas / inexistência de regras para início de sessão que assegurem a qualidade da senha	Desproteção da informação nos sistemas e aplicações	Implementado
2015.171	Segurança Informação	DSC	Comprometimento de ativos e/ou interrupção de operações da APS.	Desproteção de equipamentos contra ameaças e perigos ambientais.	Perda, dano, furto ou comprometimento de ativos e interrupção de operações da APS; oportunidades de acesso não autorizado; interrupções energia.	Implementado
2015.172	Segurança Informação	DSC	Utilização inadequada e ineficaz de criptografia para proteger a confidencialidade, autenticidade e/ou integridade da informação.	Metodologia indefinida / não cumprimento	Desproteção da confidencialidade / autenticidade / integridade da informação.	Implementado
2015.173	Segurança Informação	DSC	Não identificação de riscos / desconhecimento dos riscos da segurança da informação para os processos que o dono do risco gere.	Não identificação dos donos do risco na matriz de riscos.	Desconhecimento pelo dono do risco dos riscos associados aos seus processos.	Mecanizado
2015.174	Segurança Informação	DSC	Não assegurar a redundância dos recursos de processamento de informação	Não implementação da redundância necessária aos requisitos de disponibilidade.	Impacto na disponibilidade da informação.	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.175	Segurança Informação	DSC	Desproteção da informação nas redes e nos seus recursos de processamento de informação	Não cumprimento das políticas de rede estabelecidas.	Desproteção da informação nas redes e nos seus recursos de processamento de informação	Implementado
2015.176	Segurança Informação	DSC	Não tratamento dos riscos determinados como "não aceitáveis" na matriz de riscos da segurança da informação	Não acompanhamento pelo GSI do plano de tratamento de risco.	Não estabelecimento de prioridades de atuação face aos riscos não aceitáveis. / Não execução das ações definidas / Não disponibilização de meios	Implementado
2015.177	Segurança Informação	DSC	Desrespeito das regras de utilização de dispositivos móveis e situações de acesso remoto à infraestrutura da APS.	Não cumprimento da política de uso aceitável de dispositivos	Desproteção da informação nas redes e nos seus recursos de processamento de informação	Implementado
2015.178	Segurança Informação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Desconhecimento das políticas de uso aceitável dos sistemas de informação	Falha no processo de formação / sensibilização	Não cumprimento das políticas de segurança existentes	Mecanizado
2015.179	Segurança Informação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Infeção dos equipamentos com vírus e worms / desproteção contra código malicioso	Instalação de software não autorizado	Infeção de equipamentos	Implementado
2015.180	Segurança Informação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Infeção dos equipamentos com vírus e worms / desproteção contra código malicioso	Ligação de equipamentos estranhos / não autorizados pela DSC	Infeção de equipamentos	Implementado
2015.181	Segurança Informação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Fornecer informação ou permitir o acesso a informação de uso interno ou confidencial	Não bloqueio da sessão; Incumprimento da política de secretária limpa.	Difusão de informação confidencial ou de uso interno	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.182	Segurança Informação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Fornecer informação ou permitir o acesso a informação de uso interno ou confidencial: Por partilha de contas ou de senhas.	Partilha de senhas	Difusão de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.183	Segurança Informação	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Infeção dos equipamentos com vírus e worms / desproteção contra código malicioso	Desconhecimento de procedimento em caso de deteção de vírus / comportamento estranho.	Infeção de equipamentos	Implementado
2015.184	Segurança Informação	DRH DSC	Fornecer informação ou permitir o acesso a informação de uso interno ou confidencial	Não remoção de acessos / equipamentos de trabalhadores/as que cessaram a relação contratual	Difusão de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.185	Segurança Informação	DSC	Divulgação não autorizada, modificação, remoção, eliminação de informação armazenada em suporte de dados.	Indefinição de regras para a utilização / eliminação de suportes da dados amovíveis	Divulgação de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.186	Segurança Informação	DSC	Desconhecimento dos objetivos e responsabilidades na segurança da informação	Não divulgação / falha dos objetivos da sensibilização / não revisão de políticas	Comprometimento da segurança da informação	Implementado
2015.187	Segurança Informação	DSC	Operação incorreta e não segura dos recursos de processamento de informação.	Não separação dos ambientes de desenvolvimento, teste e produção. Não controlo de alterações	Operação incorreta ou não segura dos sistemas de informação.	Implementado
2015.188	Segurança Informação	DSC	Acesso indevido à informação e aos recursos de processamento de informação	Não definição de regras para os acessos físicos e lógicos aos recursos de processamento de informação.	Divulgação de informação confidencial ou de uso interno. Operação incorreta dos sistemas de informação.	Implementado
2015.189	Segurança Informação	DSC DRH	Não cumprimento das responsabilidades de segurança da informação, incluindo na cessação ou alteração da relação contratual	Inexistência de sensibilização. Desconhecimento das políticas aplicáveis.	Não compreensão das responsabilidades dentro da segurança da informação	Implementado



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.190	Seleção e recrutamento RH (PRO.009)	DAJ DCA DFE DIO DQA DRH DSC PCO	Risco de não adaptação aos valores e cultura da empresa	Sessões de acolhimento não efetuadas / desconhecimento dos documentos do SI	Não adaptação do colaborador/a	Implementado
2015.191	Seleção e recrutamento RH (PRO.009)	DRH	Não abrangência do processo de seleção e recrutamento aos temas da transparência e discriminação de género	Documentos não adequados para os temas da transparência e da discriminação de género	Incumprimento legal	Implementado
2015.192	Seleção e recrutamento RH (PRO.009)	DRH	Utilização de requisitos preferenciais e entrevistas pouco objetivas	Requisitos indefinidos / não adequados	Favoritismo injustificado	Implementado
2015.193	Seleção e recrutamento RH (PRO.009)	DRH	Não devolução de equipamentos / informação / contas no processo e desvinculação	Não controlo dos equipamentos / informação / contas / acessos atribuídos	Difusão de informação confidencial ou de uso interno	Implementado
2015.194	Suporte informático (PRO.015)	DSC	Não definição de prioridades dos pedidos de suporte	Não classificação de acordo com o procedimento. Não cumprimento das prioridades estabelecidas.	Não priorização dos pedidos de suporte. Não deteção das ações, que por não serem efetuadas, possam gerar impactos significativos na operação dos sistemas.	Implementado
2015.195	Suporte informático (PRO.015)	DSC	Não compilação de conhecimento gerado pela resolução de problemas no âmbito da segurança da informação.	Não registo de informação sobre a resolução de problemas.	Não compilação de conhecimento gerado pela resolução de problemas no âmbito da segurança da informação.	Implementado
2015.196	Suporte informático (PRO.015)	DSC	Não tratamento de pedidos por envio suporte informático efetuados para contacto não oficial	Desconhecimento dos contactos oficiais. Não utilização dos contactos oficiais.	Não tratamento de pedidos pertinentes.	Implementado
2015.197	Suporte informático (PRO.015)	DSC	Não controlo dos equipamentos adquiridos / não registo das mudanças de estado dos equipamentos	Indefinição de regras para o controlo de equipamentos da APS.	Utilização de equipamento não conforme. Desconhecimento dos equipamentos disponíveis. Envio de equipamento doado com informação.	Implementado
2015.198	Trem naval	PCO	Abastecimento de Gasóleo - Ocorrência de furto	Não acompanhamento do abastecimento	Possibilidade de furto	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.
O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2015.199	Planeamento e revisão do SI (PRO.008)	DQA	Não contemplação do contexto interno e externo na determinação de riscos e oportunidades de melhoria	Não identificação do contexto interno e externo	Matrizes de risco incompletas; Não identificação de risco ou oportunidade pertinente ao SI.	Mecanizado
2015.200	Movimentação de navios no porto (PRO.011)	PCO	Não execução de manobra / atraso significativo	Não disponibilidade do Trem Naval (recursos humanos e materiais)	Suspensão e/ou cancelamento de manobras originando prejuízo para os navios, porto e/ou recetores da mercadoria	Mecanizado
2015.201	Impactes ambientais e riscos de segurança	DQA PCO	Ocorrência ambiental - derrame no mar	Não verificação periódica dos equipamentos de combate à poluição marítima. Falha na convocação de recursos humanos.	Não controlo atempado do derrame resultando em danos ambientais e financeiros.	Mecanizado
2016.001	Impactes ambientais e riscos de segurança	DQA	Incompleta ou incorreta avaliação dos riscos para a segurança e saúde resultantes das atividades e serviços da APS.	Metodologia não testada / não adequada	Mau desempenho do processo de prevenção de riscos e impactes / Má planificação de emergência.	Implementado
2016.002	Resíduos	DQA	Recolha, transporte, armazenagem, triagem e destino final dos resíduos sem cumprimento do plano de receção e gestão de resíduos.	Incumprimento dos procedimentos e legislação em vigor.	Contraordenação da autoridade responsável.	Implementado
2016.003	Intervenção	DQA	Intervenção ineficaz	Equipas de intervenção sem o equipamento adequado / formação adequada. Falha do alerta.	Danos materiais e humanos para a APS.	Implementado
2016.004	Ética e Conduta	DAJ	Não deteção de infrações relacionadas com o código de ética e de conduta.	Documentação não existente / não atualizada	Incumprimento do código de ética e de conduta estabelecido.	Implementado
2016.005	Comunicação (PRO.005)	DSC	Pouca visibilidade para os temas do SI - sensibilização consciencialização	Não divulgação de temáticas pertinentes para o SGSI	Planeamento inadequado	Implementado
2016.006	Segurança Informação	DSC	Disponibilização de nova versão da JUP/JUL com erros.	Testes inexistentes ou insuficientes à versão implementada.	Erros na JUP que levem à quebra da confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação.	Implementado

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.

O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE COMPLIANCE

PP02

PÚBLICO

Revisão 8

Edição 1

Identificação do risco						Tratamento do Risco
ID Risco	Processo / serviço	Unidade	Evento / Risco	Causa	Consequência	Estado
			<i>O que falhou?</i>	<i>Porque é que falhou?</i>	<i>Potenciais consequências?</i>	
2016.007	Comunicação e marketing	DSC	Notícias / informação negativa na comunicação social	Falha na comunicação com as partes interessadas	Perda significativa de reputação	Mecanizado

Nota – A informação constante desta tabela constitui uma transcrição da informação detalhada na matriz de riscos aprovada para o ano de 2017.